

A POLÍTICA DA LÍNGUA PORTUGUESA EM GUINÉ EQUATORIAL

THE POLICY OF THE PORTUGUESE LANGUAGE IN EQUATORIAL GUINEA

Charlott Eloize Leviski

Doutoranda em Linguística pela Universidade Federal de Santa Catarina

charlott18@hotmail.com

Resumo: A oficialização da língua portuguesa em Guiné Equatorial, país da África Central, e sua posterior vinculação à Comunidade dos Países de Língua Portuguesa é propósito de problematização neste artigo. A discussão se encaminha a partir de uma perspectiva interdisciplinar entre História e Linguística, em que se busca colocar em pauta a dimensão política da descrição linguística do fá d'ambô, língua falada em Ano Bom, um dos territórios pertencentes a Guiné Equatorial, o que forneceu prova de conexão com a cultura e língua portuguesa. Recorrendo a uma abordagem crítica, procurou-se refletir em que medida o resgate histórico da língua seria uma tentativa de estabelecer uma continuidade com um elo perdido, interpretando a política linguística de descrição e registro da língua por intermédio da noção de tradição inventada de Hobsbawm (2015).

Palavras-chave: Língua portuguesa; História; Políticas linguísticas; Guiné Equatorial.

Abstract: The officialization of the Portuguese language in Equatorial Guinea, a Central African country, and its subsequent binding to the Community of Portuguese Language Countries is addressed in this paper. The discussion is heading from an interdisciplinary perspective between History and Linguistics, which seeks to emphasize the political dimension of linguistic description of the Fá d'ambô, language spoken in Annobón province, one of Equatorial Guinea's territory, since it has been used as evidence of connection with Portuguese culture and language. By way of a critical approach, the article tries to reflect on the extent to which the historic rescue of language would be an attempt to establish a continuity with a missing link, interpreting the language policy of descriptive linguistics through the concept of invention of tradition. (HOBBSAWM, 2015).

Keywords: Portuguese language; History; Language policy; Equatorial Guinea.

Introdução

Este artigo procura problematizar a política de oficialização da língua portuguesa em Guiné Equatorial, o que contribuiu para sua adesão na Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). A oficialização da língua portuguesa em 2011 e a suspensão da pena de morte foram os principais requisitos apontados como positivos para integração do país africano na CPLP, em julho de 2014. Além disso, um dado resgate histórico da colonização de Ano Bom operou como argumento para definir a presença da língua portuguesa em Guiné Equatorial.

Numa primeira parte (Seções 2 e 3), o artigo se desdobra na questão da oficialização do português em Guiné Equatorial e das políticas de implementação desta língua, bem como na repercussão da sua adesão à CPLP. Na sequência (Seção 4), faz-se uma contextualização da situação política e linguística no país para se compreender a dinâmica atual.

Por meio de um diálogo entre História e Linguística, parte do texto percorre a dimensão histórica de Ano Bom, focando a maneira como uma dada narrativa historiográfica foi usada para legitimar a oficialização da língua portuguesa. Posto que o ponto de vista funda o objeto (SAUSSURE, 2006), problematiza-se o interesse, no século XXI, pela descrição e comparação linguística do fá d'ambô, também definido como crioulo de base portuguesa. Com base na proposição de que as línguas foram inventadas (MAKONI; PENNYCOOK, 2007) e encarando a escolha de descrever uma língua como política (RAJAGOPALAN, 2013), destaca-se o papel político da descrição do fá d'ambô, o que conferiu legitimidade científica para a oficialização da língua portuguesa em Guiné Equatorial e de sua pertença à uma comunidade transnacional.

2 Oficialização da língua portuguesa e adesão de Guiné Equatorial na CPLP

A Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, firmada em 17 de julho de 1996, estabelece a comunidade como um foro multilateral para o aprofundamento da amizade mútua e da cooperação entre os seus membros. O acordo político-diplomático está firmado entre nove países em que a língua portuguesa foi oficializada, são eles: Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, Moçambique, Portugal, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste (CPLP, 2016). Esses são proclamados estados-membros, com intuito de reforçar suas presenças no cenário internacional e promover e difundir a língua portuguesa. Ou seja, a língua é posta como base de entendimento e elemento unificador.

Na X Cimeira da CPLP, em 23 de julho de 2014, em Dili, capital de Timor-Leste, foi aprovada a integração de Guiné Equatorial como estado-membro da CPLP, país que já figurava no cenário da comunidade como observador associado, desde 2006. Uma primeira tentativa de adesão à CPLP ocorreu em 2012, porém Portugal viu com ressalva o pedido de Guiné Equatorial. Na Cimeira de 2014, os países africanos de língua portuguesa, Timor-Leste e o Brasil mostravam-se favoráveis à adesão. Aliás, as aproximações diplomáticas entre Brasil e Guiné Equatorial intensificaram-se a partir de 2009, com a visita de Celso Luís Nunes Amorim, na qual o então Ministro de Relações Exteriores levou ao presidente africano os cumprimentos do chefe de Estado, Lula da Silva. Nesta visita, foram discutidos assuntos relativos à cooperação econômica, em especial à compra de petróleo de Guiné Equatorial em troca das técnicas agrícolas brasileiras (ABEME, 2009).

Guiné Equatorial vinha demonstrando um grande interesse em tornar-se membro, adotando parcialmente o 6º artigo dos Estatutos da CPLP por meio da oficialização da língua portuguesa.¹ Parcialmente, porque um dos principais questionamentos de entidades e autores contrários a adesão de Guiné Equatorial deve-se ao modo como o presidente Teodoro Obiang Nguema tem operado na governança e conduzido os direitos humanos e civis no país. Após aprovação por unanimidade, a justificativa de aceite do país pela CPLP foi de que Guiné Equatorial havia oficializado a língua portuguesa e que uma ordem presidencial, emitida em fevereiro de 2014, possibilitou a suspensão da pena de morte. A respeito da defesa dos princípios democráticos e dos direitos humanos, objetivos fundadores da Comunidade, observam-se entraves também na atual situação política em Angola e na situação de Guiné-Bissau em 2012, em que se constata a inoperância da articulação política em prol da democracia na CPLP.

Condizente ao papel institucional do *Instituto Internacional da Língua Portuguesa* (IILP), firmou-se um protocolo de cooperação entre o IILP e a Guiné Equatorial (CPLP, 2012), em fevereiro de 2012, válido por quatro anos, com intuito de desenvolver diversas ações para promoção da língua portuguesa, dentre elas planificação da educação linguística, formação de professores para diversos contextos educativos e formação de funcionários do governo habilitados em língua portuguesa. Enfim, as principais políticas linguísticas firmadas no protocolo estão voltadas para o âmbito oficial estatal, habilitando o

¹ A manifestação inicial da oficialização do português ocorreu em 2007, sua aprovação se deu em 20 de julho de 2010 via decreto presidencial e encontra-se disponível no site do Governo de Guiné Equatorial. A lei de oficialização entrou em vigor em novembro de 2011. Vale ressaltar que o espanhol (1968) e o francês (1998) também são línguas oficiais, mesmo com baixo percentual de falantes como língua materna, sendo o espanhol a língua de maior circulação, em detrimento das muitas línguas locais como fang e bubu, essas, sim, línguas maternas da maioria da população (BARBOSA DA SILVA, 2013).

alto escalão governamental para o exercício profissional da língua portuguesa, bem como para o assessoramento da regulamentação e implementação da política de oficialização da língua portuguesa em um espaço linguístico que conta com mais duas línguas oficiais.

Entretanto, a atual circulação do português ainda é muito discutível. A página oficial do governo da República de Guiné Equatorial revela que o português ainda não circula no âmbito oficial, dado que a visualização da página está disponível em espanhol e nas versões inglês e francês. Conforme pesquisado neste artigo, pouco se viu em termos de implementação da língua portuguesa no contexto educacional em Guiné Equatorial. Curiosamente, foi escolhida uma empresa de Portugal, país membro que havia se manifestado negativamente à adesão de Guiné Equatorial na CPLP, para implementar a língua portuguesa no ensino guineense.

A partir de agosto de 2014, intensificaram-se as negociações para implementação do ensino de português em algumas instituições educativas, sendo escolhida a proposta da delegação da Madeira Multilingual School, cujo diretor executivo é o madeirense Silvio Souza Santos. Conforme noticiado pela *Oficina de Información y Prensa de Guinea Ecuatorial* (2014), firmou-se um acordo com a primeira dama para que o sistema educativo da Multilingual School aplicasse um curso piloto em três pontos centrais de Guiné Equatorial, nas denominadas CANIGE (*Comité de Apoyo al Niño Ecuatoguineano*), em outubro de 2014.

Outro aspecto a ser observado é o impacto internacional da integração de Guiné Equatorial na CPLP. Conforme carta aberta dos diretores do Conectas Direitos Humanos, *Human Rights Watch Brasil* e *EG Justice* (2015), enviada ao Secretário Executivo da CPLP, a adesão de Guiné Equatorial é lamentável porque vai contra o compromisso do primado da paz, da democracia, do Estado de direito, dos direitos humanos e da justiça social. As violações dos direitos civis, políticos e econômico-sociais têm sido documentadas pelo conselho da ONU. As liberdades de expressão, de associação e de reunião são severamente restritas no país, que se autoproclama um regime democrático, no qual Obiang sempre vence as eleições presidenciais.

Ademais, a carta citada clama para que a CPLP organize uma missão pós-Cúpula a fim de averiguar se o país atende, de fato, ao requisito de respeito e promoção dos direitos humanos, de acordo com o estabelecido no *Estatuto do Fórum* da comunidade. Isso seria uma forma de acompanhar se as melhorias sugeridas pela ONU estão em andamento, visto que o governo de Guiné Equatorial não cumpriu com promessas feitas anteriormente. A carta finaliza com o ensejo de que a CPLP, em seu lugar de atuação, poderia

propor recomendações concretas e supervisionar o cumprimento da promoção da cidadania e da dignidade humana de seu mais novo estado membro.

A respeito da repercussão da carta aberta, não se verificou informação ou resposta na página da CPLP. Antes, conta uma pequena nota informativa de que Georgina Benrós de Mello, atual Diretora Geral da CPLP, esteve em visita de trabalho na Guiné Equatorial, nos dias 14 a 21 de abril de 2015. Concomitante ao mesmo período, no site da Confederação Empresarial da CPLP, há uma notícia de que uma delegação da Confederação Empresarial da CPLP e dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) visitou Guiné Equatorial com objetivo de firmar futuros projetos de negócios na língua portuguesa.

Após abordar tais acontecimentos, observa-se que há uma controvérsia entre a diplomacia cultural e os interesses econômicos identificada nos critérios usados pela CPLP ao agregar Guiné Equatorial. Permanece a indagação de que os objetivos fundadores da comunidade – em constituir-se como um foro multilateral, defensor dos princípios democráticos e dos direitos humanos – talvez tenham sido postos de lado em detrimento dos interesses econômicos. Congruente a essa opinião, João Paulo Batalha, diretor executivo da ONG portuguesa Transparência e Integridade - Associação Cívica, declarou que a agregação de Guiné Equatorial, primeiro nos PALOP e posteriormente na CPLP, deve-se às facilidades de negociação de suas riquezas petrolíferas em troca de legitimidade internacional (ROCHA, 2014).

3 Guiné Equatorial: breve cenário político

A última eleição ocorrida em Guiné Equatorial deu-se em 24 de abril de 2016, na qual Teodoro Obiang Nguema foi reeleito por mais sete anos, com 93,7% dos votos (LUSA, 2016). Vale destacar que Obiang vem sendo o único presidente desde o golpe de Estado de 1979, ou seja, seu mandato já corresponde a 37 anos. Conforme nota no site da CPLP, foi organizada uma missão de monitoramento da última eleição, chefiada pelo embaixador de Timor-Leste, Antonito de Araújo. Segundo o embaixador, em relatório prestado aos demais países da comunidade, as eleições foram ordeiras e sem incidentes, porém não foi possível acompanhar o processo eleitoral desde seu início, limitando-se a uma observação *in loco* de alguns postos eleitorais no período da votação, na última semana de abril.

A respeito da nova ordem de poder mundial, conforme Agamben (2012), o modelo de governamentalidade centrado na economia funcional é o que vem configurando a sua dinâmica. Rotulado de democracia, um modelo mais econômico e funcional

vem sendo adotado por regimes que eram ditatoriais até o final do século XX. O autor ainda argumenta que as formas políticas conhecidas estão em colapso, como o Estado nacional, a soberania, a participação democrática, os partidos políticos e o direito internacional. O esvaziamento da categoria política promove, na atualidade, um modelo de governança centrado na gestão econômica dos corpos e das coisas.

Mais propriamente, em Guiné Equatorial, cenário de discussão neste artigo, o Human Rights Watch aponta muitas denúncias de abuso dos direitos humanos como: tráfico humano, exploração sexual, falta de liberdade de imprensa e de associação. Com uma população estimada em 812.970 habitantes, o Índice de Desenvolvimento Humano de Guiné Equatorial está na 144ª posição, sendo que cerca de 700 mil habitantes vivem na miséria (UNDP, 2014, p. 166). Pode se tratar de um dado surpreendente, especialmente ao se contrastar com outros dados econômicos, como o de que Guiné Equatorial é o terceiro maior produtor de petróleo, além de contar com um dos maiores PIB do continente africano (PINTO, 2014).

No entanto, é preciso tomar cuidado para não se incorrer no dogmatismo, sobretudo a respeito da organização econômica e auto-gestão, ao se tratar de África. Mudimbe (1988) problematiza essa questão a partir da experiência colonial, em que um modelo eurocêntrico, dada sua projeção mundial via expansão do capitalismo e do fenômeno colonial, impõe-se como modelo na cultura contemporânea. Especialmente em África, a promessa enganadora de um salto do subdesenvolvimento para o desenvolvimento é fundada num sistema dicotomizador que tende a negligenciar um modelo herdado do colonialismo. Ainda de acordo com Mudimbe (1988), o espaço intermediário entre a chamada tradição africana e o projeto da modernidade do colonialismo é configurado pela marginalidade, o que pode ser visto como o principal “sintoma” de subdesenvolvimento. A tensão entre o ensejo de modernidade, ou uma ilusão de desenvolvimento, e a tradição, por vezes refletida como uma imagem empobrecida de um passado mítico, promove os exemplos concretos de fracassos de desenvolvimento. Dentre eles, Mudimbe (1988) cita as disparidades sociais e econômicas graves, os regimes ditatoriais rotulados de democracia, o desequilíbrio demográfico, as taxas elevadas de natalidade e de mortalidade infantil, entre outros.

A suspensão da pena de morte em Guiné Equatorial, em 2014, foi outro fator favorável para adesão do país à CPLP. Após a integração do país na Comunidade, houve pressão para que a pena de morte fosse abolida, a fim de primar pelos direitos humanos. Conforme relatório apresentado por Guiné Equatorial em 2016, na reunião extraordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, a pena de

morte foi abolida, porém, apenas aguarda-se o decreto presidencial para sua implementação. Fato marcante que também contradiz as regras democráticas da Comunidade foi a dissolução do poder judicial em decreto assinado pelo presidente, em maio de 2015, que destituiu todos os juízes do Supremo Tribunal, após o governo ter sido remodelado.

Outro aspecto a ser destacado, de natureza linguística, é que, assim como no continente africano, o multilinguismo é a realidade linguística em Guiné Equatorial. Lewis (2009) enumera as diversas línguas faladas no país: fang, pichi, bubi, seki, batanga, kwasio, ngumbi, benga, molengue, yasa, gyele, fa d'ambô e espanhol. A língua espanhola foi a primeira a ser oficializada em Guiné Equatorial, após o processo de descolonização e independência política da Espanha, em 1968, a exemplo do que muitas ex-colônias africanas fizeram: adotar oficialmente a língua de seu ex-colonizador.

Apesar do francês e do português também serem línguas oficiais, não são a língua materna da população e são pouco conhecidas/faladas em Guiné Equatorial (BARBOSA DA SILVA, 2013). Nesse sentido, convém indagar sobre o significado da oficialização de línguas europeias em contextos pós-independência em África. Na próxima seção, a discussão se encaminha para estabelecer a ligação de Guiné Equatorial com a língua portuguesa e o mundo lusófono.

4 Ano bom, Annobón, ambô ou êmbo

Um dos principais argumentos para justificar a herança da língua portuguesa em Guiné Equatorial, e pesar na decisão de sua entrada na CPLP, foi o de que existem laços que remetem o país a um passado colonial ibérico, devido ao fato da ilha de Ano Bom ter sido descoberta no final do século XV por navegadores portugueses e, quase três séculos depois, sua gestão ter sido negociada com a Espanha (QUEIROZ, 2010).

A posição geográfica dessa pequena ilha vulcânica de 17,5 km² é de importância para compreender os territórios de Guiné Equatorial, compostos pelas partes insulares de Bioko (em que localiza Malabo, a capital do país), de Elobey grande e pequena, de Corisco e de Ano Bom, além da parte continental que faz divisa com Camarões e Gabão. Localizada na África Central, no Golfo da Guiné, cerca de 180 quilômetros ao sul de São Tomé, Ano Bom serviu como prova de ligação histórica, cultural e linguística para inclusão de Guiné Equatorial na CPLP. No mapa abaixo, pode-se observar o território assimétrico do país e, no detalhe, atenta-se para a ilha de Ano Bom, que está fora de escala,

visto localizar-se a 350 km da costa oeste do continente africano, fazendo limite com o Gabão.

Figura 1. Mapa de Guiné Equatorial



Fonte: CIA, *The World Factbook* (2004)

O percurso da constituição histórica de Ano Bom é deveras sinuoso, uma vez que são de difícil acesso os registros históricos sobre o povoamento da ilha. Conforme Zamora Segorbe (2014), dois empecilhos que dificultam a reconstrução histórica são: primeiro, a dispersão dos arquivos por países como Holanda, Portugal e Espanha; segundo, a falta de documentação como fonte de registro histórico. Na reconstrução traçada pelo pesquisador, três fontes foram consultadas: Valerie de Wulf em *Documentos sobre Annobón*, edição de 102 páginas, já esgotada; Zamora Lóboch em *Noticias de Annobón*, datado de 1962; e o historiador Arlindo Manuel Caldeira, com diversas publicações disponíveis no meio digital. Considerando que o enfoque não é a busca por um discurso verdadeiro, mas a análise da maneira como uma dada narrativa histórica foi usada para justificar a relação do país com a língua portuguesa e a lusofonia, para este artigo nos valem os trabalhos históricos de Caldeira (2006a) (2006b).

A data da descoberta de Ano Bom é controversa. Conforme Caldeira (2006a), teria sido entre 1483 e 1501 o período em que os portugueses descobriram a ilha. Por sua vez, Zamora Lóboch (1962 apud ZAMORA SEGORBE, 2014) afirma que o descobrimento se deu no ano novo de 1471, pelos portugueses Juan de Santarém e Pedro Escobar, porém não há registro dessa informação. Caldeira (2006a) também postula que a descoberta pode ter ocorrido em 1º de janeiro, mas, novamente, não há registro que comprove. O consenso a respeito do descobrimento é de que a ilha era desabitada antes da chegada dos portugueses, assim como as demais ilhas no Golfo da Guiné, com exceção de Fernando Póo (atual Bioko), fato que serviria de ‘justificativa’ ao domínio colonial.

Conforme Caldeira (2006a), o rei D. Manuel I entregou a capitania da ilha ao seu fidalgo, Jorge de Melo, em 16 de outubro de 1503, cujo filho vendeu-a em 1565 para Luís de Almeida, escudeiro da Casa Real e “proprietário” da ilha de São Tomé. O sistema de donataria funcionava sem que os donatários residissem nas capitanias. No caso de Ano Bom, o donatário limitou-se a ter um procurador em São Tomé que, por sua vez, designou um feitor na sede da donataria. Assim, a presença de portugueses na ilha nunca foi expressiva, totalizando uma ou duas pessoas no máximo (CALDEIRA, 2006a).

Quanto a uma suposta colonização portuguesa, Caldeira (2006b) afirma que a ilha não foi de fato colonizada por portugueses devido à sua posição periférica em relação às grandes rotas intercontinentais e à sua reduzida dimensão. Entre 1543 e 1565, os primeiros escravizados africanos trazidos para Ano Bom, provavelmente, eram de São Tomé,

não sendo de uma origem única, pois, de acordo com Caldeira (2006b), esses escravizados também podem ter vindo de Angola. Os escravizados de São Tomé, sujeitos a um processo de aculturação, tiveram contato com o Cristianismo e o protocioulo, ou o crioulo de base portuguesa falado na região do Golfo da Guiné.

A principal produção econômica em Ano Bom era o algodão, recolhido uma vez ao ano, oferecendo pouco lucro ao donatário. Além disso, os habitantes da ilha também precisavam atuar na lavoura de subsistência e na pesca artesanal, sendo que a exploração da cana de açúcar, por exemplo, não era favorável visto as condições climáticas e do solo. A ilha serviu como ponto de reabastecimento para navios franceses, ingleses e holandeses, chegando a ser ocupada por holandeses entre 1598-1599 e 1660-1664 (CALDEIRA, 2006a). Por meio de um comércio de troca direta, os habitantes da ilha eram abastecidos minimamente de produtos manufaturados, visto que o abastecimento vindo de São Tomé às vezes tardava a chegar e/ou ainda era em quantidade insuficiente (CALDEIRA, 2006b).

No final do século XVI, averiguou-se a existência de uma igreja, mas sem um sacerdote fixo. Chegou-se a um acordo entre bispos e o donatário: uma vez ao ano, às custas do donatário, seria enviado um sacerdote para assumir as funções litúrgicas. Porém, a periodicidade era irregular, sendo que os habitantes ficavam às vezes por cinco anos sem a presença de um sacerdote. Foram os capuchinhos italianos, mesmo com presença esporádica entre 1724 e 1753, que mantiveram as funções sacerdotais em Ano Bom, e eram melhor aceitos pela população, porque, segundo Caldeira (2006b), tinham um tipo de missão “mais tolerante” que aceitava os costumes religiosos e culturais dos habitantes africanos.

Algo bastante significativo apontado por Caldeira (2006b) é que a ilha ficou livre de qualquer controle político europeu entre 1700 e 1885. Na passagem do século XVII para o XVIII não se sabe ao certo se o representante do donatário foi expulso ou morto, e a população africana passou a criar mecanismos próprios de governança adquirindo o estatuto de liberdade individual e de autonomia política (CALDEIRA, 2006b). Nesse aspecto, sem um contato estável com instituições religiosas, o entendimento do Cristianismo tornou-se bastante peculiar, não havendo incompatibilidade entre os procedimentos religiosos que haviam recebido pela tradição cristã e a influência de religiões africanas.

Em um estudo mais detalhado sobre a religiosidade em Ano Bom, Caldeira (2006b) argumenta que o medo coletivo de uma ameaça ao equilíbrio da ilha reforçava a religião popular, numa espécie de hibridização religiosa. O perigo de uma invasão repentina e a difícil subsistência dos africanos fizeram, por exemplo, com que a cruz, um dos maiores símbolos cristãos, fosse aceita e conservada por quase toda a população em forma de amuleto que carregavam ao peito, entre colares e escapulários. Na resignificação dos ritos e símbolos cristãos estavam incorporados elementos das tradições ancestrais africanas e contributos das diversas etnias dos antigos escravos. Por conseguinte, as crenças e ritos originados constituem, segundo Caldeira (2006b), um exemplo de religião popular, resultado de hibridizações religiosas.

Nas cerimônias religiosas, eram repetidas as orações ensinadas por missionários, ditas ou cantadas até hoje em português e latim, com influência da oralidade das línguas africanas. Esse aspecto é ressaltado por Zamora Segorbe (2014, p. 34) ao descrever o fá d'ambô de ritos religiosos tradicionais introduzido pelos sacerdotes, cujos falantes, na atualidade, constituem uma pequena parcela, acessível a pouco sacristãos e à associação de viúvas em situações de rito religioso. Visto sob o aspecto das tradições, em que os objetos e as práticas só são liberados “para uma plena utilização simbólica e ritual quando se libertam do uso prático” (HOBSBAWM, 2015, p. 10), as rezas em fá d'ambô popular poderiam ser interpretadas para além do ponto de vista do significado linguístico ou de uma influência da língua portuguesa.

De um ponto de vista histórico, a invenção das tradições é um processo “de formalização e ritualização, caracterizado por referir-se ao passado”, mesmo que por meio da repetição (HOBSBAWM, 2015, p. 11), sendo objeto dos historiadores estudar como se deu o processo de criação de tais rituais. Assim, pode-se argumentar que a utilização das rezas ensinadas há quase cinco séculos, que misturavam latim, português e fá d'ambô popular, tiveram e ainda têm uma função simbólica, sendo transmitidas e ritualizadas como meios de proteção da própria população. A insegurança coletiva fazia com que a população africana se apegasse a rituais e tradições inventadas para proteção de sua frágil condição de liberdade. O medo de serem levados como escravizados por navios e o medo da ameaça do desconhecido ainda se refletiam na sociedade anobonense do século XX. Em conformidade com Caldeira (2006b, p. 8), o maior insulto que se podia dirigir a alguém era “que venha um barco e te leve”.

Durante os quase 200 anos em que Ano Bom esteve sob sua própria autonomia, houve três projetos de reintegração à Coroa portuguesa que fracassaram. Em 1744, 1755 e 1757 os anoboneses reafirmaram sua soberania sobre a ilha e não aceitaram a intervenção portuguesa. Em 1770, uma expedição portuguesa foi elaborada cuidadosamente com o intuito de se aproximar da população africana, sendo que foram enviados dois cônegos negros, nascidos em São Tomé, que conheciam o crioulo de Ano Bom. Além disso, enviaram-se muitos presentes aos habitantes da ilha, bem como ornamentos litúrgicos. A princípio, os cônegos foram bem recebidos, porém, com o passar dos dias e da imposição ortodoxa cristã dos mesmos, a população passou a hostilizá-los. Dentre os aspectos condenados como anticristãos pelos clérigos estavam os hábitos morais e religiosos dos anoboneses tais como: a poligamia, o uso indiscriminado da cruz, práticas que envolviam rituais mágicos, entre outros (CALDEIRA, 2006b).

Mais do que hostilizados, de acordo com Caldeira (2006b), os recém-chegados foram vítimas de agressões, ameaçados de morte e acusados de serem espiões infiltrados para facilitar o domínio português da ilha. Em 1772, os cônegos foram expulsos de Ano Bom, aproveitando-se o navio que viria para reabastecê-los. Mesmo com escassa documentação histórica sobre o povoamento de Ano Bom, o episódio de expulsão dos cônegos são tomenses é abundante, ainda que narrado unilateralmente, contando com registros escritos entre 1772 e 1778 (CALDEIRA, 2006b). A situação crítica de tentativas de colonização de Ano Bom expressou-se em uma negociação lavrada no Tratado de El Pardo, em 1778. Portugal e Espanha estavam em disputa de territórios na América Meridional e, em troca da ilha de Santa Catarina, invadida pelos espanhóis, Portugal negociou alguns territórios, dentre eles a ilha de Fernando Póo (atual Bioko) e Ano Bom. Conforme Caldeira (2006b, p. 5), “para a Espanha era, literalmente, meter uma lança em África, para Portugal era dar o que não tinha”.

Vale ressaltar que a colonização da Espanha não ocorreu imediatamente, pois a população africana em Ano Bom expulsou duas delegações que tentaram se instalar, após o acordo com Portugal em 1778. Mesmo os projetos missionários fracassaram, entre 1851 e 1856. Somente em 1885 é que os primeiros missionários espanhóis, da ordem dos Claretianos, fixaram-se em definitivo na ilha, possibilitando abertura para autoridades administrativas. Segundo Caldeira (2006b), a aproximação com os africanos, possibilitada pelos novos sacerdotes, ocorreu porque os espanhóis teriam se mostrado condescendentes

aos costumes e práticas religiosas locais, e a população estava mais calejada depois de tantos anos de resistência ao domínio europeu.

Após essa breve exposição histórica sobre a “descoberta” de Ano Bom por portugueses até sua colonização espanhola, é interessante considerar tal cenário à luz da proposta de tradição inventada de Hobsbawm (2015, p. 20-21), o qual assevera que, na medida do possível, a história é utilizada como “legitimadora das ações e como cimento da coesão grupal”. Desse modo, percebe-se um movimento de “busca” – tomado aqui como invenção – de referenciais culturais e linguísticos do passado colonial de Ano Bom a fim de legitimar o pertencimento de Guiné Equatorial a uma comunidade de países que compartilharam um dado passado colonial português.

Segundo Hobsbawm (2015, p. 8), a “tradição inventada” pode ser compreendida como um conjunto de práticas que visam inculcar certos valores ou normas de comportamento a fim de se estabelecer uma continuidade em relação ao passado. Ao passo que as tradições inventadas fazem referência a um passado histórico, caracterizam-se por estabelecer uma relação de continuidade, por vezes, artificial. Uma vez que o presente é construído consoante a uma história também construída, observa-se um tipo de relação linear entre passado e presente. Essa visão contínua de progressão pode constituir uma maneira muito particular de compreender o tempo e a mudança históricos.

Na sequência, o artigo articula os processos de descrição e comparação linguística do fá d’ambô em Ano Bom à tentativa de estabelecimento de uma dada continuidade com um passado histórico apropriado.

4.1 Estudos linguísticos do fá d’ambô

Na pequena ilha de Ano Bom fala-se o fá d’ambô, ou falar de Ano Bom, ou língua crioula de base portuguesa. A descrição linguística e análise comparativa do fá d’ambô foram alvo de investigação de linguistas envolvidos em atestar a origem portuguesa da língua. Um primeiro grupo de investigadores da Universidade de São Paulo (USP) esteve em Ano Bom no ano de 2011 para estudar o idioma local e “comprovar” que a herança portuguesa na ilha, além de linguística é também cultural e religiosa (SOUZA, 2014).

Outra equipe de investigação – formada por linguistas, pesquisadores, funcionários do Ministério de Assuntos Exteriores na Direção Geral de Lusofonia, bem como jornalistas da televisão de Guiné Equatorial – esteve na ilha de Ano Bom em março de 2012. Os investigadores buscaram conhecer mais detalhadamente a situação linguística das comunidades anobonesas por meio de um trabalho descritivo da língua e do diagnóstico linguístico (IILP, 2014). Um marco da legitimação científica e acadêmica de um passado histórico envolvendo a língua portuguesa se deu com a publicação, em 2014, do livro *Fa d'ambô: herança da Língua Portuguesa na Guiné Equatorial*, como resultado previsto no Protocolo de Cooperação entre o Instituto da Língua Portuguesa (IILP) e o governo de Guiné Equatorial.

A atenção despendida pelo governo de Guiné Equatorial para Ano Bom é ironicamente questionada por Juan Tomás Laurel², natural da ilha e exilado político em Barcelona, uma que vez que Obiang nunca teve interesse por Ano Bom, e justamente esse pequeno território serviu de justificativa para adesão do país à CPLP (ICLAS, 2014). Tal questionamento ratifica a concepção de Rajagopalan (2013, p. 38) a respeito das políticas linguísticas, que são elaboradas “não com base em fatos estabelecidos, mas em percepção dos fatos. Como esses ‘fatos’ são percebidos é mais importante do que como eles realmente são”. O mesmo autor ainda argumenta que todo gesto de cunho político envolve uma questão de escolha, desse modo, a escolha em descrever uma língua é política.

O primeiro grupo de linguistas citados realizou uma comparação linguística entre o português, as línguas crioulas de base portuguesa do Golfo da Guiné e o fá d'ambô (ARAUJO et al., 2013). Verificou-se que, embora fruto de um processo de “colonização irregular”, do ponto de vista técnico, a Guiné Equatorial preenche os requisitos de compartilhar uma herança linguística e histórica com os demais países do bloco da CPLP.

Zamora Segorbe (2014, p. 31), linguista e professor da Universidade Nacional de Guiné Equatorial, define a língua fá d'ambô como uma variedade do português antigo que teve influência das línguas africanas faladas pelos escravizados que constituíram os primeiros habitantes da ilha³. O autor procurou relacionar o fá d'ambô com outras línguas além do português, como o espanhol e as línguas faladas no entorno da ilha, dentre

² Autor dos livros: *Ditador de Corisco; Dicionário básico e aleatório da ditadura guineana*.

³ Para consulta adicional sobre a gramatização do fá d'ambô há estudos de Zamora Segorbe: *Gramática Descriptiva del fa d'Ambô* (2010) e *Breve aproximación a la sociolingüística del fá d'ambô em Guine Equatorial* (2009).

elas: o crioulo de São Tomé, o bubi, o pichinglis e o fang. Por meio de um estudo filogenético, “comprovou-se” que a primeira língua lexificadora é o português, visto que apresenta 80% do léxico procedente do português. Ou seja, o intuito do seu estudo foi comprovar a presença de base indo-europeia, em que as línguas do substrato do fá d’ambô, as línguas faladas pelos grupos étnicos, são analisadas como resquícios encontrados em elementos fonéticos, lexicais, tonais e sintáticos (ZAMORA SEGORBE, 2014, p.41).

O crioulo convive em um contexto de multilinguismo em que a língua lexificadora é constituída pela língua que pertenceu a uma potência colonizadora europeia (COUTO, 2002, p. 13). Na crioulistica, o estatuto de língua de substrato é atribuído ao crioulo e às línguas africanas, enquanto a língua de superstrato, ou também chamada de língua lexificadora, corresponde às línguas europeias.

De acordo com Couto (2002, p. 21), a teoria de relexificação tem lugar de destaque nos estudos crioulos porque a situação “caótica” no contato de línguas “mutuamente ininteligíveis” fez com que apenas alguns itens lexicais pudessem permitir uma comunicação. Uma vez que o contato com a língua dominante era precário, “as matrizes fonéticas dos itens lexicais do superstrato” foram “captadas fragmentariamente”, assim, selecionou-se a “aparência das palavras da língua dominadora”, que substituídas de significados de substrato e associadas “aos conteúdos semânticos das línguas africanas” tornam a comunicação mais acessível (COUTO, 2002, p. 22). Assim, a definição de crioulo, segundo Couto (2002, p. 25), é de uma “língua mista cujo léxico provém basicamente da língua superstrato e cuja gramática se baseia essencialmente nas línguas de substrato”, ou seja, o léxico provém do superstrato (língua lexificadora) e a gramática da(s) língua(s) de substrato.

Dessa forma, os estudos crioulos, ou também denominada crioulistica, segundo Couto (2002, p. 7), definem que “as línguas e as culturas crioulas são verdadeiros laboratórios linguísticos e culturais”, uma que vez a velocidade dos fenômenos que levariam séculos ou até milênios em outras línguas, ocorre às vezes em menos de um decênio nas línguas crioulas. A linguística histórica – junto com outros saberes que se constituíram em relação à história colonial – se alimentou em grande medida dessas análises, definido a mudança linguística a partir do estudo das línguas crioulas.

Por esse ângulo, nota-se a preocupação científica em definir qual o limite entre uma língua e outra. Ao se analisar o nascimento de uma língua crioula, além da língua do colonizador europeu, é preciso considerar que muitas línguas africanas também estiveram em contato, sendo difícil delimitar todas as línguas trazidas pelos escravizados. Os estudos crioulos parecem mostrar uma possível hierarquização e/ou maior contribuição de uma língua em relação a outra, revelando escolhas que legitimam uma língua em relação a outra.

De forma correlata à invenção das tradições, a língua pode ser vista como invenção. Makoni e Pennycook (2007), que estudam principalmente a construção de África, sustentam que as línguas foram inventadas, particularmente, porque fizeram parte de projetos coloniais, de processos de cristianização e de projetos nacionalistas em diferentes partes do mundo. Os autores apontam que é preciso ir além do argumento de que os critérios linguísticos não são suficientes para estabelecer a existência da língua, buscando, assim, identificar os processos sociais e semióticos envolvidos no processo de construção de tais critérios. Assumindo que as concepções de linguagens e metalinguagens usadas para descrever as línguas também são invenções, os autores utilizam o termo “regime metadiscursivo”⁴ que corresponde às representações da língua que, juntamente com materiais de instanciação da ocorrência atual da língua, constituem formas de ‘ação social’ e podem funcionar como agentes no exercício social e político do poder (MAKONI; PENNYCOOK, 2007, p. 2). Ademais, o regime metadiscursivo trata as línguas como entidades contáveis, pressuposto reforçado por meio da criação de gramáticas e dicionários.

Em vista disso, a invenção das línguas está relacionada à criação de uma categorização e enumeração que pode promover uma ideologia das línguas, sendo que a enumeração das línguas tem que ser compreendida como parte de um processo mais amplo de governamentalidade (FOUCAULT, 2015) eurocêntrica que, implacavelmente, codificou tudo o que era não-europeu, de uma maneira tão detalhada e completa, a ponto de não deixar nenhuma cultura inexplorada (MAKONI; PENNYCOOK, 2007). Ainda, conforme Mudimbe (1988), a discursivização sobre o ‘outro’ e sobre a diversidade humana durante o período colonial passou a ser, pela primeira vez, um discurso em que um poder político pressupunha a autoridade de um conhecimento científico.

⁴ No texto de Makoni e Pennycook (2007) a expressão em inglês é “metadiscursive regime”.

Por conseguinte, pensando no funcionamento do dispositivo delineado por Foucault (2015, p. 364), os enunciados científicos, enquanto um dispositivo estratégico, permitem escolher entre os enunciados possíveis aqueles que poderão ser aceitáveis num campo de cientificidade. É o dispositivo científico, com função de responder a uma urgência histórica, que permite separar o inqualificável e o qualificável dentro da definição do que é língua, talvez esboçando uma característica de neutralidade, porém conforme já argumentado, a escolha de descrever uma determinada língua é política. Conforme Rajagopalan (2013), a ação política decorre de uma tomada de decisão por agentes em sua consciência, sendo que a política linguística não foge à regra.

Considerações finais

A partir de uma perspectiva da tradição inventada (HOBBSAWM, 2015), este artigo propôs refletir de que maneira o resgate histórico da língua portuguesa em Guiné Equatorial seria uma tentativa de estabelecer continuidade com um passado histórico apropriado. Ainda, segundo Hobsbawm (2015), o sentido de apropriado remete a uma continuidade que poderia ser artificial ou forjada.

Assim, a busca da memória da língua portuguesa, por meio dos estudos linguísticos do fá d'ambô em Ano Bom, pode ser interpretada como uma tentativa de religar o elo perdido com o português do século XVI, legitimando uma política de oficialização do português no século XXI. Na medida em que uma certa língua é registrada e documentada, poder-se-ia formar um elo com o passado, inventado uma tradição da língua no presente. (MAKONI; PENNYCOOK, 2007).

Desse modo, as políticas linguísticas de descrição, comparação e diagnóstico sociolinguístico do fá d'ambô corroboram para uma legitimidade da língua portuguesa, em que o interesse é comprovar a base lexical portuguesa do crioulo falado em Ano Bom. Portanto, o dispositivo científico opera em conceituar línguas, em estabelecer fronteiras entre as línguas, em hierarquizar as línguas e em conceder o aval técnico para implementação e/ou gestão das línguas. Trata-se de um processo de objetificação da língua que apaga os discursos e sentidos coloniais.

Em um país multilíngue como Guiné Equatorial, em que o espanhol é única língua oficial de circulação e conhecida pela maioria da população, a oficialização do francês e,

recentemente, do português, sinalizam como manobras políticas de aproximação com blocos ou comunidades visando objetivos econômicos e de projeção internacional.

Bibliografia

ABEME, P. M. *El Ministro de Assuntos Exteriores de Brasil em Guinea Ecuatorial*. 2009. Disponível em: <http://www.guineaecuatorialpress.com/noticia.php?id=165>. Acesso em: 2 abr. 2015.

AGAMBEN, G. *Deus não morreu. Ele tornou-se Dinheiro*. Rio Grande do Sul: Instituto Humanitas Unisinos, 30 ago. 2012. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/512966-giorgio-agamben>. Acesso em: 25 nov. 2015.

ARAUJO, G. A. *et al. Fá d'ambô: língua crioula de ano Bom*. Cadernos de Estudos Linguísticos. Campinas: jul/dez, 2013.

BARBOSA DA SILVA, D. *De flor do lácio a língua global*. Jundiaí: Paco Editorial, 2013.

CALDEIRA, A. M. Uma ilha quase desconhecida: notas para a história de Ano Bom. *Studia Africana. Revista Interuniversitária d'Estudis Africans*, Barcelona, n. 17. out, 2006a.

_____. Medo e religião popular na ilha de Ano Bom. Uma aproximação histórica (séculos XVI-XIX). Comunicação. *Actas do Congresso Internacional Atlântico de Antigo Regime: poderes e sociedades*. 2006b.

CENTRAL INTELLIGENCE AGENCY. *The world factbook*. 2016. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/resources/the-world-factbook/geos/ek.html>. Acesso em: 05 dez. 2016.

COUTO, H. H. do. *Anticrioulo: manifestação linguística de resistência cultural*. Brasília: Thesaurus, 2002.

CPLP. *CPLP acompanha Eleições Presidenciais na Guiné Equatorial*. 2016. Disponível em: <http://www.cplp.org/id-4447.aspx?Action=1&NewsId=4085&M=NewsV2&PID=10872>. Acesso em: 28 mai. 2016.

_____. *Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*. 1996. Disponível em: http://www.cplp.org/Files/Filer/Documentos%20Essenciais/Estatutos_CPLP_REV LIS07.pdf. Acesso em: 27 mai. 2016.

_____. *Protocolo de Cooperação entre a Guiné-Equatorial e o IILP*. 2012. Disponível em: <http://www.cplp.org/id-4211.aspx?PID=10035&M=NewsV2&Action=1&NewsId=1875%20¤t%20Page=21>. Acesso em: 20 abr. 2015.

- FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2015.
- HOBSBAWM, E. Introdução: a invenção das tradições. In: HOBSBAWM, E.; RANGER, T. (Orgs.). *A invenção das tradições*. Tradução de Celina Cardim Cavalcante. 10. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2015.
- HUMAN RIGHTS WATCH. *Carta à CPLP sobre Missão de Avaliação de Direitos Humanos na Guiné Equatorial*. 2015. Disponível em: <https://www.hrw.org/pt/news/2015/04/13/269582>. Acesso em: 12 jul. 2016.
- ICLAS-Instituto de cultura lusófona. *Pequena ilha assegura a ligação moderna da Guiné Equatorial à lusofonia*, 27 jul. 2014. Disponível em: http://www.uaisites.adm.br/iclas/pagina_ver.php?Pagina=Noticias&CdNotici=242. Acesso em: 14 jul. 2016.
- IILP. *Fá d'ambô: herança da Língua Portuguesa na Guiné Equatorial*. 2014. Disponível em: <https://iilp.wordpress.com/2014/10/16/fa-dambo-heranca-da-lingua-portuguesa-na-guine-equatorial/>. Acesso em: 29 abr. 2015.
- LEWIS, M. P. *Ethnologue: languages of the World*. 16th edition. Dallas: Sil international, 2009.
- LUSA. *PSD quer análise da CPLP sobre eleições na Guiné Equatorial*, 9 mai. 2016. Disponível em: <https://www.publico.pt/politica/noticia/psd-quer-analise-da-cplp-sobre-eleicoes-na-guine-equatorial-1731410>. Acesso em: 3 jun. 2016.
- MAKONI, S.; PENNYCOOK, A. *Disinventing and Reconstituting Languages*. Clevedon Multilingual Matters. Multilingual Matters, Clevedon, 2007. p. 01-41.
- MUDIMBE, V. Y. *The Invention of Africa: Gnosis, Philosophy, and the Order of knowledge*. Bloomington: Indiana University Pres, 1988.
- OFICINA DE INFORMACIÓN Y PRENSA DE GUINEA ECUATORIAL. *Audiencia de Lucas Ngumea Esono*. 2014. Disponível em: <http://www.guineaecuatorialpress.com/noticia.php?id=5580%20e%20http://www.guineaecuatorialpress.com/noticia.php?id=5837>. Acesso em: 29 abr. 2015.
- PINTO, J. F. *A adesão da Guiné Equatorial à CPLP*. 2014. Disponível em: http://www.dn.pt/inicio/opiniao/jornalismocidadao.aspx?content_id=3719190&page=3. Acesso em: 20 abr. 2015.
- QUEIROZ, A. O. de. Áfricas lusófonas, África iberógrafa: a experiência literária da Guiné Equatorial. *Cadernos Imbondeiro*. João Pessoa, v. 1, n. 1, 2010.
- RAJAGOPALAN, K. Política linguística: do que é que se trata, afinal? In: NICOLAIDES, C. et al. *Políticas e Políticas Linguísticas*. Campinas: Pontes Editores, 2013.

ROCHA, A. *Críticas contundentes à adesão da Guiné Equatorial à CPLP*. 2014. Disponível em: <http://www.dw.de/cr%C3%ADticas-contundentes-%C3%A0-ades%C3%A3o-da-guin%C3%A9-equatorial-%C3%A0-cplp/a-17792326>. Acesso em: 22 abr. 2015.

SAUSSURE, F. de. *Curso de linguística geral*. BALLY, C.; SECHEHAYE, A. (Org.). Tradução de Antônio Chelini, José Paulo Paes e Izidoro Blikstein. 27. ed. São Paulo: Cultrix, 2006.

SOUZA, G. *Ilha de Ano-Bom estabelece ligação da Guiné-Equatorial à lusofonia*. 2014. Disponível em:

<http://www.dw.com/pt/ilha-de-ano-bom-estabelece-liga%C3%A7%C3%A3o-da-guin%C3%A9-equatorial-%C3%A0-lusofonia/a-17832432>. Acesso em: 13 jul. 2016.

UNDP. *Human Development Report 2014*. Disponível em:

<http://pnud.org.br/arquivos/RDH2014.pdf>. Acesso em: 29 abr. 2016.

ZAMORA LÓBOCH, M. *Noticias de Annobón: Su geografía, historia y costumbres*. Publicaciones de la Diputación provincial de Fernando Póo, 1962.

ZAMORA SEGORBE, A. Breve aproximação com a história da ilha de Ano Bom através do fá d'ambô. In: ZAMORA SEGORBE, A; OLIVEIRA, G. M. de; MORELLO, R. *Fá d'ambô: herança da língua portuguesa na Guiné Equatorial*. Florianópolis: Garapuvu, 2014.

_____. Fá d'ambô: língua crioula de base portuguesa. In: ZAMORA SEGORBE, A; OLIVEIRA, G. M. de; MORELLO, R. *Fá d'ambô: herança da língua portuguesa na Guiné Equatorial*. Florianópolis: Garapuvu, 2014.

Data de submissão: 17/07/2016

Data de aceite: 25/07/2016